

JUAN MOZZICAFREDDO (\*)

## SOBRE A TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS:

As contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas \*\*

«Quando, ao entardecer, vinham [os mineiros] em bandos do trabalho, arrastando as pesadas botas com que sujavam o chão, de ombros levemente descaídos, esses homens não cumprimentavam Gerald [o director], nem sequer olhavam para ele; passavam como uma corrente negra e cõr de cinza, insensível e resignada.

Para ele é claro que nenhuma importância tinham, a não ser como instrumentos; nem Gerald a possuía para indivíduos assim, que apenas o consideravam a peça suprema de toda a máquina. Uns existiam como mineiros, outro como director.»

D. H. Lawrence, *Mulheres Apaixoadas*

Este texto visa simplesmente situar comparativamente os problemas levantados pelas teorias das classes sociais desenvolvidas por N. Poulantzas e E. Olin Wright <sup>(1)</sup>, uma vez que, no meu entender, estes dois autores sistematizaram, duma maneira assaz aprofundada, as questões fulcrais que a análise do processo social põe. É por isso que o desenvolvimento deste trabalho será feito de maneira a precisar os limites e o alcance destes dois contributos, sem dúvida dos mais importantes para a análise das classes, em seus aspectos teóricos e práticos nas

---

(\*) Assistente no curso de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa.

(\*\*) Este texto é uma versão condensada da comunicação apresentada no seminário sobre «Classes sociais e Estado» realizado no âmbito do Núcleo das Ciências Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Dezembro de 1979.

sociedades capitalistas de hoje. O trabalho situa-se em torno duma análise comparativa com a intenção de precisar os conceitos utilizados na delimitação das classes e fracções de classes em ambos os autores. Análise esta que deverá dar-nos os elementos teóricos necessários para a compreensão dos comportamentos sociais e políticos das forças sociais e sobretudo dos novos sectores assalariados da «nova pequena burguesia» que, pela sua importância quantitativa assim como pela sua presença na reprodução social ou ruptura social, constitui «por si» um capítulo significativo na sociologia das práticas sociais.

No estado actual da nossa pesquisa, porém, limitar-nos-emos a certos elementos sumários que serão hipóteses de trabalho a testar e desenvolver futuramente sobre as práticas sociais das classes na realidade da nossa sociedade.

Este trabalho contém quatro grandes temas divididos por sua vez em vários sub-temas. Inclui, numa primeira parte, uma análise comparativa de alguns dos aspectos significativos das duas formulações teóricas dos dois autores. Segue-se um segundo tema, embora sumariamente desenvolvido, que diz respeito a uma tentativa de aplicação dos critérios teóricos e estatísticos à situação portuguesa. A terceira parte é uma análise crítica, segundo os critérios de Poulantzas, da teoria das classes de E. O. Wright e, por último, a conclusão que, pretende ser um levantamento de certas questões fulcrais de que a análise das classes destes dois autores não dá conta, em nosso entender, de uma maneira satisfatória.

#### *I — Desenvolvimento dos elementos críticos de E. O. Wright sobre a teoria de Nicos Poulantzas*

Para melhor compreensão dos objectivos deste trabalho desenvolveremos alguns dos elementos que nos servirão de comparação analítica entre os dois autores citados. Necessariamente privilegiar-se-ão uns em detrimento de outros.

A análise de E. O. Wright apresenta-se-nos como a mais importante crítica à formulação de Poulantzas, sobretudo no que diz respeito à delimitação das fronteiras entre as classes e à pertinência da inclusão dos critérios políticos e ideológicos, conjuntamente com o económico, na determinação estrutural das classes.

### A — *Discussão sobre os critérios da delimitação das classes*

Para E. O. Wright a distinção feita por N. Poulantzas entre os critérios políticos, ideológicos e económicos na determinação das classes sociais, não tem grande legitimidade teórica (nem prática, como veremos no ponto B) uma vez que, por um lado, a distinção operada entre trabalho produtivo e improdutivo não é pertinente para delimitar a classe operária das outras classes e, por outro, a articulação desses três critérios não faz mais do que esvaziar a determinação económica das classes sociais. A primeira questão é a que mais nos interessa neste momento.

Não está demonstrado, dirá E. O. Wright, que a distinção trabalho produtivo/improdutivo signifique interesses de classe diferentes no interior do nível económico, pois esta divisão é uma distinção técnica no interior duma mesma classe que não pode representar uma significativa divisão dos interesses de classe.

#### 1 — *Distinção entre Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo*

A distinção entre trabalho produtivo/improdutivo é irrelevante, segundo E. O. Wright, pois qualquer relação assalariada é criadora de mais-valia e, portanto, deve ser considerada como trabalho produtivo, não podendo assim ser utilizada como critério de distinção entre os assalariados e menos ainda como critério de definição de classe.

Para E. O. Wright a criação da mais-valia não pode ser reduzida simplesmente ao trabalho que produz directamente «mercadoria física», pois se o valor de uso toma a forma de serviços (produção não material) e se estes são produzidos para o mercado, também aqui se cria mais-valia. Mas o mais significativo para E. O. Wright é a não pertinência desta distinção na delimitação das classes pois, para isso, deveria haver interesses de classes diferente na própria esfera económica. Este raciocínio parece ser de grande importância para a discussão, embora E. O. Wright se debruce mais particularmente sobre a distinção entre as classes a partir do conceito da «situação social do trabalho» e em torno da ideia do interesse pelo socialismo, como veremos mais adiante. O problema da distinção entre trabalho produtivo/improdutivo, como um dos elementos significativos da distinção entre classes, tem absorvido uma boa quantidade de material teórico<sup>(2)</sup> sem contudo se ter chegado a uma unívoca conclusão. Nas notas que se seguem

pretende-se simplesmente sistematizar a questão de modo a delimitar a sua significação social.

a) Existe um relativo acordo em conceptualizar o trabalho produtivo específico do modo de produção capitalista como aquele trabalho que cria mais-valia. O trabalho produtivo é uma relação social que, no consumo da força de trabalho, fecunda o capital criando um valor superior àquele que corresponde ao trabalho necessário. O trabalho produtivo é o que, na sua relação assalariada e subordinada ao capital, não só reproduz o valor da sua própria força de trabalho, mas produz um novo valor para o capital: a mais-valia. Portanto será trabalho produtivo o trabalho que no processo de consumo da força de trabalho valoriza o capital<sup>(3)</sup>. Quando se compra trabalho não para o incorporar na produção capitalista nem, para com ele, valorizar o capital (valor acrescentado), mas para o consumir como valor de uso (isto é, como serviço onde o dinheiro funciona só como meio de circulação) o trabalho não será portanto produtivo e os assalariados deste sector não serão trabalhadores produtivos<sup>(4)</sup>.

A produção de mais-valia é assim o primeiro elemento da definição do trabalho produtivo. Mas vejamos mais atentamente o que se considera geralmente, embora com menor consenso o segundo elemento desta definição: a produção de riqueza material. O essencial deste segundo elemento é que a produção da mais-valia (o valor de troca) supõe e contém a produção de mercadorias (o valor de uso). Mas não se pode considerar como produtivo qualquer trabalho que produz mercadorias como, por ex., o trabalho do pequeno camponês, do músico, do pintor, etc.; só o trabalho assalariado, o trabalho que intervém no processo produtivo de consumo da força de trabalho pelo capital. Só este trabalho produz mais valor que o equivalente à sua força de trabalho, transformando-se num sobreproduto sem equivalente e expressando um incremento suplementar de mercadorias para quem monopoliza os meios de produção. O resultado do processo do consumo da força de trabalho assalariada pelo capital é a transformação desse valor excedente da reprodução da força de trabalho em objectos, isto é, em capital que reinicia o ciclo do consumo produtivo da força de trabalho, reproduzindo os elementos que estão na base da exploração do trabalho assalariado. Pois a produção de riqueza material significa a produção de valores de uso que, submetidos ao processo capitalista de produção, se transformam em valores de troca que permitirão reproduzir e manter a lógica do sistema social: a produção de mais-valia.

Isto não significa que todos os trabalhadores produtivos sejam trabalhadores manuais (produção directa de mercado-

rias-objects), pois, como é geralmente aceite, a socialização do processo de trabalho capitalista cria a figura do «trabalhador colectivo» que conjuga tanto o trabalho manual e intelectual como o trabalho de vigilância e direcção necessário para realizar a valorização do capital e a extracção da mais-valia sem fazer distinção entre o conteúdo específico de trabalho e a expressão do trabalho dentro de determinadas condições sociais <sup>(5)</sup>. Podemos portanto concluir estas observações sobre a segunda característica de todo o trabalho produtivo — criação de riqueza material — citando o desenvolvimento dado por Marx para quem a «... característica dos operários produtivos (isto é, dos operários produzindo capital) é que o seu trabalho se objectiva em mercadorias, em riqueza material. Encontrá-mos, assim, para o trabalho produtivo, uma segunda característica determinante e absolutamente independente do conteúdo do trabalho» <sup>(6)</sup>.

b) Parece relativamente claro considerar que os assalariados que trocam o seu trabalho enquanto serviços (valores de uso sem valor de troca) contra dinheiro, sob a forma de rendimentos ou impostos, não são trabalhadores produtivos embora sejam também explorados no seu trabalho — nem todos, porém, o serão da mesma maneira — pelo nivelamento salarial que o predomínio do capital no mercado de trabalho produz mesmo nos assalariados não submetidos directamente ao processo de produção material de valorização do capital. No entanto, o valor de uso do seu trabalho assalariado não se torna factor do capital, e, em consequência, não reproduz a «relação de exploração dominante» do modo de produção capitalista.

Contudo na esfera do capital circulante, a distinção do trabalho produtivo/improdutivo não é assim tão clara. É neste sector que as diferentes interpretações divergem, quer ao nível da distinção em si, quer ao nível da sua significação social.

Para Wright, como já vimos, e para outros autores citados, não há dúvida que a relação assalariada neste sector é também trabalho produtivo uma vez que é um trabalho que cria serviços para o mercado e que cria mais-valia para o patrão. Ao contrário, para os que pensam que a criação de mais-valia é o resultado do consumo produtivo na sua valorização do capital e na criação de riqueza material, parece claro que só o capital inserido no processo de produção será portador de trabalho produtivo. Isto é, o capital destinado à compra e venda das mercadorias e a todo o processo de realização da mais-valia produzida opera no interior das esferas da circulação das mercadorias e do capital, mas não pode acrescentar um novo valor ao produto, pois a sua função é tão

só realizar a mais-valia produzida no interior da esfera da produção. O capital da circulação, exceptuando a sua actividade no transporte, stockagem e embalagem — considerado geralmente produtivo pelo facto de fazer parte do trabalho colectivo — tem por função comprar para vender, permitindo a realização do valor criado e a troca das mercadorias. Se deste ponto de vista o capital da circulação não é considerado produtivo, embora faça parte do processo global de reprodução assegurando a transferência da mais-valia, também os assalariados desse sector — comércio, finanças, publicidade, etc. — não serão produtivos, pois do seu trabalho não resulta um valor acrescentado do capital enquanto riqueza material e enquanto sobreproduto incorporado na valorização do capital.

Assim, do ponto de vista do capital individual esse trabalho é fonte de lucro e acrescenta valor ao capital da circulação, mas do ponto de vista do capital social, o lucro do capital circulante não representa uma criação de valor (produção de riqueza material e acréscimo de valor) mas antes uma transferência do valor criado na esfera do capital produtivo. Na medida, porém, em que o capital circulante ajuda a diminuir o tempo de rotação, contribui para aumentar a rentabilidade da mais-valia produzida e, em consequência, aumenta a taxa de lucro. No entanto, como dirá Marx, «... como o capital comercial não produz mais-valia, é evidente que a mais-valia que lhe *calha* sob a forma de lucro médio constitui uma parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo total». (7). Esta característica do trabalho inserido no capital circulante seria assim um dos elementos da delimitação e diferenciação dos assalariados e, por conseguinte, da diferenciação do trabalho no que diz respeito à «relação de exploração dominante» do modo de produção capitalista (8).

## 2 — Significação social da distinção trabalho produtivo/improdutivo e conceito de «situação social do trabalho»

A distinção entre trabalho produtivo/improdutivo como um dos elementos da delimitação das fronteiras de classes não é pertinente, segundo Wright, porque o proletariado é composto pelos diferentes conjuntos dos assalariados e a sua característica dominante não será a distinção mencionada ou a divisão social do trabalho, mas sim as suas comuns características na «situação social do trabalho», isto é, as condições gerais do trabalho assalariado. Parece que para Wright, seguindo de perto H. Braverman (9), o facto de os assalariados em geral

estarem submetidos a uma exploração intensiva — racionalização do trabalho, rotinização, etc. — e de se terem atenuado as situações sociais que o diferenciavam antigamente faz com que a exploração do sobretrabalho em geral e a perda progressiva do controle do processo de trabalho sejam suficientes para se não dever distinguir entre assalariados produtivos e improdutivos e, em consequência, para se não fazer a distinção de classes entre os assalariados. Todos os assalariados submetidos à dominação do capital têm características sociais comuns que só podem ser subvertidas por um sistema social diferente: o socialismo <sup>(10)</sup>.

A questão, porém, é que não parece razoável generalizar as características comuns da racionalização, perda de autonomia, etc., pois nem todas as fracções da nova pequena burguesia participam nestas novas situações do trabalho no capitalismo monopolista pelo facto da sua função ser altamente racionalizada. Também não parece que seja simples a assimilação destes novos trabalhadores que partilham as características da «manualização» com os assalariados operários. A assimilação implica que a situação social do trabalho seja mais pertinente para a delimitação das classes sociais do que o lugar na divisão social do trabalho, o qual não só tem em conta as modificações no trabalho e no emprego com o desenvolvimento do capitalismo como também, e fundamentalmente, os efeitos políticos e ideológicos dessas modificações. Assim, para Wright, estes diferentes interesses imediatos não põem, dadas as situações sociais do trabalho, diferentes interesses fundamentais («interesse no socialismo»). No entanto, parece pertinente objectar que, neste caso, volta-se a retomar a argumentação clássica do proletariado como sendo o conjunto dos assalariados. Mais precisamente, a classe operária estende-se de modo a abarcar também os assalariados do sector do capital circulante, limitando a pequena burguesia aos assalariados que detêm um relativo controle sobre o processo de trabalho. Parece discutível que a distinção entre trabalho produtivo/improdutivo e as diferenças entre os assalariados sejam neutralizadas pela comum situação social do trabalho e, nesse sentido, penso que o desenvolvimento realizado por Poulantzas apresenta maior profundidade neste problema pois não se situa, por um lado, ao nível estrito do carácter do trabalho, mas sim ao nível da sua significação social e política e, por outro lado, não reduz a delimitação das classes ao económico nem à situação social do trabalho a qual, na maior parte dos casos, depende da evolução do próprio modo de produção e constitui assim, em meu entender, um critério altamente conjuntural na determinação das classes.

Com efeito, penso que o trabalho produtivo é o trabalho que é realizado sob condições sociais determinadas, situando-se no interior da lógica do funcionamento e da organização estrutural da sociedade e reproduzindo as relações sociais das quais esse trabalho é o suporte. Por isso, nem todo o trabalho poderá ser produtivo, mas somente aquele que dá origem ao que Poulantzas chama «relação de exploração dominante» e que não é mais do que o trabalho que cria a mais-valia. Esta concepção não assenta apenas no carácter técnico do trabalho, mas antes e fundamentalmente na organização social, na forma social de produzir e reproduzir. A mais-valia é a forma que toma o trabalho nas sociedades capitalistas divididas em classes antagónicas. Assim como não é qualquer trabalho que está na base da reprodução dos elementos materiais que servem de «substrato às relações de exploração», também não é qualquer lugar na divisão social do trabalho que tem a capacidade estrutural de organizar as sociedades. Neste sentido, parece-me que a distinção trabalho produtivo/improdutivo não constitui uma distinção técnica, mas sim social, pois as consequências dos distintos lugares nas relações sociais de reprodução transcendem o estritamente técnico ou económico. Quero dizer com isto que ocupar o lugar que está na base da produção da riqueza material e da objectivação do trabalho em produtos e elementos valorizados (que escapam ao controle do produtor e se transformam em potências estranhas que têm a particularidade especial de se tornarem dominantes à própria objectivação do trabalho vivo), significa ocupar simultaneamente o lugar da produção e da total exclusão social. Significação que não poderá ser negligenciada nos estudos das práticas sociais e políticas.

Pode-se dizer, por isso, que a compreensão da estrutura, das práticas e da lógica do funcionamento da sociedade exige a eliminação do carácter feiticista da produção e da organização e descobrir que os produtos e a riqueza material objectivada são o resultado do trabalho alienado num produto estranho. Mas esta ruptura parece ser mais possível na experiência quotidiana da produção do que na da circulação<sup>(11)</sup>. É por isso que a distinção trabalho produtivo/improdutivo ultrapassa o carácter técnico e económico para se traduzir na delimitação significativa das práticas sociais dos diferentes lugares na divisão social do trabalho. Contudo, se bem que a possibilidade da ruptura e, portanto, da consciencialização seja maior nos sectores assentes na relação de exploração dominante, só uma combinação de elementos materiais (a produção da mais-valia) e culturais (política, ideias, etc.) pode assegurar e maximizar esta possibilidade o que, de alguma ma-

neira, corresponde também às ideias de Wright nesta matéria. Por outro lado, esta possibilidade da consciencialização, não sendo condicionada só pelos elementos materiais, como diria Wright, não é exclusiva do sector operário, e é antes extensível aos diferentes sectores do conjunto dos assalariados. Neste caso, porém, é preciso delimitar os diferentes níveis de consciencialização, pois o abandono da distinção trabalho produtivo/improdutivo, como elemento significativo da diferenciação das práticas sociais e das fronteiras de classe, leva à consideração do conjunto dos assalariados como um bloco homogêneo nas suas condições sociais de existência e uniformizado ao nível dos seus interesses fundamentais, levando, assim, a diferenciar o seu interior e as suas práticas sociais com base nas categorias do «status» social, como diria Frank Parkin<sup>(12)</sup>.

*B — Sobre a articulação dos critérios políticos, económicos e ideológicos*

Avaliando positivamente a tentativa da articulação destes três critérios na determinação social das classes, Wright pensa que a formulação de Poulantzas leva ao «esvaziamento» da determinação económica, uma vez que qualquer «desvio» num dos critérios políticos ou ideológicos é suficiente para excluir um agente duma das classes.

1 — Podemos primeiramente dizer que, para Poulantzas, a exclusão da classe operária dos agentes portadores do trabalho intelectual e que realizam, no seio do trabalhador colectivo, uma tarefa produtiva (engenheiros, encarregados da direcção e vigilância, técnicos, etc.) não se limita aos critérios políticos ou ideológicos, mas assenta antes no lugar ocupado na divisão social do trabalho (lugar da articulação dos três critérios e da determinação estrutural das classes). Estes agentes serão excluídos, não pela sobreposição dos critérios políticos ou ideológicos, na sua consideração individual e isolada, ao critério económico, mas sim pelo funcionamento desses critérios no interior da divisão social do trabalho.

A realização da função política de vigilância e disciplina do trabalho — o poder de subordinação e autonomização política no interior do processo de produção — representa a reprodução das relações de dominação política e exprime portanto a exclusão da estruturação e controle da sociedade e a subordinação à lógica do funcionamento do lugar social: a exigência social do controle da intensidade da produção e da extracção da mais-valia. Contudo, esta função do político no interior do processo de produção não está desligada da função ideológica

baseada no trabalho intelectual. De facto, a função de vigilância e direcção ou coordenação — caso dos engenheiros, técnicos ou capatazes — está investida de um saber e legitimada pela sua referência ao trabalho intelectual: a direcção é exercida em função de imperativos técnicos de rentabilidade e racionalidade e a vigilância em função do cumprimento de normas de rentabilidade e intensidade de produção e extracção da mais-valia delimitada ao nível do trabalho intelectual. A função ideológica de dominação (a racionalidade técnica como neutra) realiza-se através da função política de vigilância e direcção e a função política do despotismo da fábrica legitima-se e referencia-se em relação ao trabalho pelas exigências intelectuais da produção. Vemos que para Poulantzas a articulação destas duas funções adquirem sentido no seu relacionamento e não na consideração da sua função individual e institucional.

Assim, a distinção entre trabalho produtivo/improdutivo, sendo um critério positivo em si próprio, só revela toda a sua importância na sua relação com os outros elementos da divisão social do trabalho. Efectivamente o critério da distinção trabalho produtivo/improdutivo é um critério social, isto é, o resultado duma função realizada sob condições sociais e só por si não é pertinente para traçar as delimitações entre as classes, pois um engenheiro, por exemplo, que seja ao mesmo tempo proprietário, não poderá ser considerado como fazendo parte da classe operária pelo simples facto de realizar o trabalho produtivo dentro da figura do trabalhador colectivo.

Ainda quanto à questão do «esvaziamento» da determinação das classes, parece importante tentar ver que, por um lado, o económico é um dos critérios, não o único e, por outro, as determinações não se realizam de forma directa mas passam pelas mediações. No caso concreto do critério ideológico é de fundamental importância introduzir o problema da mediação realizada pela ciência e a técnica na sua função de trabalho intelectual como materialização das exigências do capital (racionalidade) e como materialização das ideologias dominantes (especialização, concentração do saber e, portanto, exclusão) que se inserem no processo de produção a fim de submeter este e os produtores às exigências (organização científica do trabalho) do funcionamento do capital<sup>(13)</sup>. Dito de outra maneira: o trabalho intelectual — e com ele o critério ideológico da determinação — é a mediação entre a determinação material da produção e a organização da subordinação no processo de trabalho e, em consequência, os agentes científicos, técnicos e de coordenação e de vigilância são portadores desta mediação realizando as funções do capital. Não

parece, portanto, que, perante esta relação e articulação dos elementos, se possa falar de esvaziamento e isolamento de um dos critérios, pois estes, como vimos, só têm significação enquanto relacionados e inseridos na divisão social do trabalho.

2 — A dificuldade de situar a relação destes três critérios parece resultar da não utilização do conceito da divisão social do trabalho, pois este pode permitir explicar mais precisamente as práticas sociais dos lugares e dos agentes para os quais o critério de ausência de propriedade económica ou de ausência de posse não é suficientemente explicativo, como o não é o facto de ser trabalhador produtivo para ser considerado determinante «per se». Mais precisamente, o conceito da divisão social do trabalho possibilita, no meu entender, ultrapassar a noção económica ou técnica das funções sociais que o trabalho intelectual e a sua expressão — a dominação no processo de trabalho — resulta das exigências sociais que a produção lhe confere. Por outro lado, permite também compreender que a estruturação das sociedades remete não só para o critério económico (propriedade económica e posse dos meios de produção enquanto substrato da produção da mais-valia) mas, fundamentalmente, para as determinações produzidas pelos outros níveis sociais — político e ideológico — enquanto determinantes na reprodução dos lugares de classe. É neste contexto que se pode entender a extensão dos sectores equivocadamente chamados terciários<sup>(14)</sup> que aparecem como estando definidos só pela neutralidade e exigências da ciência e da técnica ou da qualificação, pois o facto destes novos lugares surgirem como sendo caracterizados pelas ausências de propriedade económica e de posse não significa que se estructurem necessariamente em oposição e dissociação ao capital, uma vez que estes lugares assentam na materialidade e especificidade do político e do ideológico (trabalhos intelectuais: portadores da ciência e da técnica), como expressão da socialização capitalista do processo de produção.

3 — Finalmente, podemos ver que a crítica de Wright aos critérios e sua articulação, conceptualizados por Poulantzas, assentam numa perspectiva diferente daquela que lhe é atribuída pelo conceito da divisão social do trabalho, parecendo assim basear-se mais numa análise isolada de cada um e, por outro lado, numa análise mais institucional do que estrutural das determinações e das funções dos lugares. Com efeito, para Wright (como aliás veremos mais demoradamente no ponto III), o trabalho de direcção e vigilância não pode ser visto como sendo um dos transmissores da dominação política, pois esta função resulta da dissociação estrutural entre a proprie-

dade económica e a posse. Como na evolução do capitalismo a posse tem vindo ela própria a ser diferenciada no seu interior, não é correcto, segundo Wright, que a função de direcção e vigilância seja considerada como relação política de dominação, pois estas funções só seriam um aspecto fragmentado da posse. Como tal, a antiga autoridade da posse é hoje diluída na racionalização institucional da autoridade dos processos de produção e de trabalho. No entanto, diria Poulantzas, a posse significa a capacidade de pôr em funcionamento os meios de produção, isto é, o domínio do processo de trabalho e, consequentemente, significa que os produtores são completamente separados do controle do processo de trabalho que pertence ao capital. Assim sendo, não parece que se possa isolar a fragmentação dos diferentes graus de controle exercido pela função de vigilância e direcção e por outras funções igualmente fragmentadas, como se a dispersão da posse — na hierarquia de funções — neutralizasse tanto a destituição do produtor directo como a função do capital no controle e extracção da mais-valia expressa pelo lugar de vigilância e direcção. Porém, parece pertinente a observação de Wright no sentido de que é necessário diferenciar a dimensão política atribuída a estes lugares das relações políticas de dominação de classe atribuídas a esta função. O aprofundamento desta questão deve passar por uma reformulação do critério político, como um dos determinantes das relações de classe, sem cair na falta de precisão do conceito em Poulantzas. Deve, por outro lado, evitar-se a confusão entre função como lugar institucional e função como lugar social, como veremos mais adiante.

No entanto, Wright pensa que a utilização da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, tal como Poulantzas o emprega, é excessivamente artificial pois, longe de ter a significação atribuída — fronteira entre as classes —, deveria de facto ser considerada como uma simples divisão interna da classe operária. Dado que, para Wright, a classe operária estende-se maioritariamente ao conjunto dos assalariados, a distinção entre trabalho manual e intelectual pode ser colocada ao mesmo nível que as distinções de sexo, raça, sub-culturas como tantas outras divisões significativas numa classe<sup>(15)</sup>. Crítica esta que parece ser menos pertinente e sólida do que a apontada anteriormente por nós, pois a distinção entre trabalho manual/intelectual exprime a socialização capitalista do processo de produção<sup>(16)</sup>, e, ao mesmo tempo, é a base da maior extracção de mais-valia relativa mediante a organização científica do trabalho e da exclusão e monopolização do saber na produção e na organização geral da sociedade. Esta exclusão não só autonomiza a produção em relação aos

produtores mas fundamentalmente autonomiza o conjunto das formas sociais, intelectuais e organizacionais em relação aos próprios assalariados em geral <sup>(17)</sup>. Assim como pode ser possível considerar a «contradição antagónica» entre manual/intelectual como uma distinção qualquer no interior das classes quando é o próprio Taylor <sup>(18)</sup> quem desenvolve a ideia da intensificação do processo do trabalho mediante a expropriação do saber e a sua codificação nos gabinetes de planificação do trabalho?

Por último, pode-se dizer que a distinção entre trabalho produtivo/improdutivo e trabalho manual/intelectual é, mais do que uma simples distinção técnica, uma distinção significativa nas práticas sociais. As funções situadas «do lado» <sup>(19)</sup> do trabalho intelectual podem envolver uma significação social diferente no caso de o processo de trabalho não atingir o grau de socialização que anula a individualização do lugar e a relativa autonomia da função. Nesse contexto a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual é um elemento mais significativo nas formas de produção e nas formas sociais pelo seu relacionamento estrutural com o saber e com a legitimação da autoridade e da exclusão do que as fragmentações existentes no interior do trabalho intelectual. Para além disso, estas fragmentações podem vir a originar um maior isolamento dos assalariados entre si e uma maior aproximação real ou ilusória — no entanto significativamente concreta — com o saber e o poder na sociedade actual e uma maior expectativa de «subida» individual na escala social. Parece portanto que o comportamento mais individualizado (ligado à exclusão e monopolização do saber social) não pode ser explicado somente pelas mediações culturais ou de consciência (embora extremamente importantes) mas antes e também pela sua inserção na materialidade dos níveis ideológicos baseados nas condicionantes do saber e da função e exclusão do saber.

## II — *Reconversão analítica das teorias das classes sociais*

Uma grande parte das críticas desenvolvidas por Wright a Poulantzas incidem sobre as consequências da utilização dos critérios de Poulantzas — aplicados a um inquérito sobre as «condições do trabalho», realizado nos Estados Unidos da América em 1969 para delimitar as classe <sup>(20)</sup>. Segundo a reconversão efectuada por Wright, no referido inquérito, a classe operária apresenta-se, na sociedade americana, constituindo apenas 20% da população activa e a chamada nova pequena burguesia constituiria um grosso bloco de cerca de 70% da

população. A questão importante para Wright é que, com a utilização destes critérios na definição das classes, a classe operária é relegada a uma posição minoritária e, naturalmente, a partir deste tacto é difícil, segundo o autor, avançar hipóteses duma transformação socialista da sociedade assente numa força social tão minoritária.

Interessará, portanto, abordar neste trabalho o problema da reconversão dos critérios teóricos elaborados por Poulantzas a fim de testar a sua adequação e medir a extensão quantitativa das classes na nossa sociedade. Mas antes, é importante avançar algumas observações sobre a reconversão efectuada por Wright na referida análise. Assim, parece importante salientar que a utilização da noção «supervisor» (equivalente ao conceito de direcção e vigilância de Poulantzas) sublinha principalmente o aspecto institucional e subjectivo da função. Com efeito, a tarefa de supervisor, tal como é definida no referido inquérito, remete para a apreciação individual efectuada pelo entrevistado e para a sua definição em termos de funções institucionais, como é o caso das respostas que declaram «supervisar» as promoções e os pagamentos. Ora, o conceito de direcção e vigilância diz sobretudo respeito à função do lugar, independentemente da apreciação subjectiva do agente, atribuídas pelas necessidades do controle do processo de trabalho e, fundamentalmente, remete para uma função de controle e de imposição da intensidade da produção e extracção da mais-valia. Esta função de direcção e vigilância é, neste contexto referida à exclusão do saber por parte dos produtores directos no processo de trabalho, relacionando-se com a categoria de trabalho intelectual que atribui e legitima a função de «supervisão». O que se supervisa (dirige e vigia) é o cumprimento das normas científicas de produção e apropriação da mais-valia para além da função institucional de direcção e coordenação do trabalho colectivo.

Por isso não se compreende como, segundo a utilização dos critérios de Poulantzas por Wright, podem existir supervisores no sector produtivo ligados ao trabalho manual (10,7% dos inquiridos), pois a função de supervisão, assente nas funções da técnica e da ciência ligadas ao trabalho intelectual, dificilmente pode estar situada na categoria do trabalho manual. Com o mesmo critério, não parece provável que possam existir assalariados do sector produtivo ligados à categoria do trabalho intelectual que não sejam supervisores (4,5% dos inquiridos). Também a existência de supervisores ligados ao trabalho manual do sector não-produtivo (5,3% dos inquiridos) suscita dúvidas, pois, segundo os critérios de Poulantzas, os «supervisores» não ligados, directa ou indirectamente, ao tra-

balho intelectual (na sua significação social de extracção da mais-valia e não apenas na sua característica institucional) não mediatizam a materialidade política-ideológica das relações de dominação-subordinação nas relações sociais de produção. Finalmente, não parece razoável que 36,1% da população activa tenham funções de direcção e vigilância como surge da análise de Wright <sup>(21)</sup>.

Tentaremos, agora sim, fazer a reconversão dos conceitos teóricos de Poulantzas à realidade portuguesa procurando, dentro dos limites possíveis da empiricidade, testar a sua utilidade, tendo em conta que uma análise das classes sociais, mais do que um estudo das estatísticas, deve ser um estudo das práticas das forças sociais numa conjuntura concreta. Contudo, à luz dos critérios de Poulantzas e partindo das estatísticas do 11.º Recenseamento da População de 1970 (Vol. II) do Instituto Nacional de Estatísticas e do Inquérito aos Níveis de Qualificação-1975 do Ministério do Trabalho, a população activa total seria distribuída da seguinte maneira: <sup>(22)</sup>:

Quadro I. População activa em 1970 \* (INE)

	Efectivos	%
População Activa Total (PAT)	3.163.855	100
População Assalariada Total (PAss T)	2.363.980	74,7

\* Tendo em conta o efectivo da rubrica População Activa Mal Classificada.

Quadro II: Efectivos e proporção da classe operária em 1970 (INE)

	Efectivos	% PAT.	% PAss. T
Operários da indústria *	1.026.715	32,5	43,4
Operários da agricultura **	498.455	15,7	21,1
Total classe operária	1.525.170	48,2	64,5

\* Compreende os assalariados da Indústria Transformadora e Extractiva, Construção, Comunicação (excluídos os Carteiros, Boletineiros, Operadores de telégrafo, etc.), Transporte e Armazenagem (ligados directamente à produção), Electricidade, Gaz e Água e Serviços de reparações. Excluídos os Encarregados de indústria.

\*\* Excluídos os directores de explorações agrícolas (assalariados).

Quadro III: Efectivos e proporção da Nova Pequena Burguesia em 1970 (INE) \*

Fracções * * (23)		Efectivos	% PAT	% PAss T
I	Empregados Comércio/serviços:	351.535	11,1	14,9
	Carteiros, Boletineiros, Teleg:	21.205	0,6	0,9
	Sub-total:	372.740	11,7	15,8
III	Emp. Escritórios/Adm. Pública	241.285	7,7	10,2
	Profissões Liberais	39.350	1,2	1,6
	Professores (Efectivos Educ.)	42.125	1,3	1,8
	Sub-total:	322.760	10,2	13,6
III ***	Engenheiros, Técnicos, Afins	21.615	0,6	9,0
	Capatazes	4.570	0,2	0,2
	Sub-total:	26.185	0,8	1,1
Nova Pequena Burguesia:		721.685	22,8	30,5

\* Segundo uma adaptação dos critérios de Poulantzas: relações económicas, políticas e ideológicas no interior da divisão social do trabalho. Combinação dos critérios de ausência de trabalho produtivo (na maioria dos casos), trabalho intelectual, trabalho manual «do lado» do trabalho intelectual.

\*\* Fracções delimitadas, para além do dito na nota anterior, pelo critério da reprodução das relações de dominação-subordinação no interior do trabalho intelectual — socialmente considerado — e a sua «manua-lização».

\*\*\* Só indicado como um simples exemplo, pois dos dados do INE (Recenseamento, 1970) nada se pode inferir sobre o quantitativo desta fracção e a sua relação com a produção (Trabalho colectivo). Esta categoria aparece como «técnicos médio e superior», ligados à produção, com 61.656 (2%) em 1975, segundo critérios e dados elaborados pelo Ministério do Trabalho, Níveis de Qualificação, Texto 5, 1975.

Quadro IV: Efectivos e proporção da Pequena Burguesia Tradicional em 1970 (INE)

	Efectivos	% PAT
Artesãos *	93.055	3,0
Agricultura ** (24)	359.355	11,4
Comércio e Serviços	105.205	3,3
Prof. Liberais	10.385	0,3
Pequena Burguesia Tradicional	568.000	18,0

\* Compreende os efectivos das categorias do Recenseamento, referidos e isolados das indústrias, serviços de reparações, construção, transporte, armazenagem e comunicações.

\*\* Compreende a categoria «isolados» do Recenseamento.

Quadro V: Efectivos e proporção da Burguesia em 1970 (INE)

	Efectivos	% PAT
Indústrias e Finanças	25.680	0,8
Agricultura	18.545	0,5
Comércio e Serviços	26.870	0,9
Quadros Superiores da Adm. Pública e Privada, Directores Exp. Agrícolas	30.900	1,0
Burguesia	101.995	3,2

Quadro VI: Distribuição da População Activa Total segundo classes em 1970 (INE)

	Efectivos	% PAT	% PAss T
Classe operária	1.525.170	48,2	64,5
Nova pequena burguesia	(721.685)	(22,8)	30,5
Pequena burguesia tradicional	(568.000)	(18,0)	—
Pequena burguesia	1.289.685	40,8	—
Burguesia	101.995	3,2	—

Quadro VII: Evolução da proporção da Pequena Burguesia e da Classe Operária 1960-1975 \* (INE, M. T.)

Classes		% PAT		
		1960 **	1970	1975 ***
Classe operária:		54,0	48,2	46,1
NPB	Fracção I	11,0	11,7	11,4
	Fracção II	5,7	10,2	16,1
	Fracção III	0,4	0,8	2,0
	Nova Pequena Burguesia	17,1	22,8	29,5
	Pequena Burguesia Tradicional	12,7	18,0	—
Pequena Burguesia (NPB) e (PBT)		29,8	40,8	—

\* Esta evolução comparativa é meramente indicativa, pois os dados referentes a 1975 são elaborados, pelo serviço de Estatísticas do Ministério do Trabalho, a partir duma amostragem dos assalariados, não agrícolas, de 8.500 empresas com mais de 10 pessoas. Ainda os critérios do Ministério do Trabalho diferem substancialmente dos Recenseamentos da População (1960, 1970) do INE. Resta acrescentar que as percentagens, foram obtidas através duma reelaboração dos dados do Ministério do Trabalho.

\*\* Para 1960, a população activa total era de 3.315.639.

\*\*\* Estimativa por projecção: 3.082.800, segundo G.E.P.O., serviços de estatísticas do Ministério do Trabalho.

Não é demais sublinhar que esta reconversão analítica só tem por objectivo adequar, sem grande precisão, os critérios teóricos às categorias estatísticas, comparando ambas as «démarches»<sup>(25)</sup> (Poulantzas e Wright) neste caso específico<sup>(26)</sup>. Diz-se que é imprecisa pois para além da dificuldade metodológica da reconversão das categorias teóricas das estatísticas (resultantes dos elementos da teoria da estratificação e a sua fundamentação no conceito de «sector terciário») à categoria das classes sociais, encontram-se outras dificuldades significativas como por exemplo a ausência, nas estatísticas utilizadas, dos agentes assalariados temporários, da força de trabalho desempregada por ramos de actividade, a especificação no interior de cada uma das categorias profissionais, níveis de qualificação da função, etc.

No entanto esta reconversão é feita com a intenção de mostrar as dimensões das fracções e das classes na sua realidade quantitativa. Se bem que esta dimensão seja um dos elementos da análise das classes, estas não podem ser reduzidas a um simples ordenamento estático das estatísticas. Com efeito, pensa-se que uma análise das classes sociais é um trabalho que pretende explicar o real no sentido das práticas das forças sociais em presença numa sociedade e no contexto da reprodução ou da ruptura social. Por sua vez a análise das práticas sociais só revela o seu significado sociológico quando integra o estudo das formas sociais assumidas pelo conflito social — instituições, representações, opções valorativas, organizações políticas e sociais, aparelhos do Estado e poder do Estado — e o estudo das práticas sociais num dado momento como o lugar onde as classes adquirem presença social e política.

### III — *Em torno da teoria das classes sociais de Erik O. Wright*

#### A — Lugares de classe contraditórios

O conceito de «situações contraditórias de classe» permite, segundo Wright, ultrapassar questões de ambiguidade na análise das classes sociais, possibilitando estudar os lugares contraditórios, que o capitalismo desenvolve na sua fase monopolista, como lugares com especificidade própria. Com efeito, é a mudança da estrutura capitalista nesta fase que modifica as características do controle do processo de trabalho, cria uma complexa hierarquia de autoridade tanto nas empresas como na burocracia e faz aparecer as funções do capital em novas e fragmentadas funções distribuídas por vários agentes. Serão estes três elementos que exigem a análise dos agentes situados neste conjunto de modificações e de novas características que representam lugares contraditórios de classe. Assim, os lugares dos *managers*, de direcção e vigilância e dos empregados semi-autónomos são os lugares contraditórios entre os assalariados do capital e os lugares ocupados pelos pequenos empresários são lugares contraditórios entre a burguesia e a pequena burguesia.

1 — Em relação à perda de controle do processo de trabalho pelos produtores directos pode dizer-se que foi uma perda progressiva exemplificada pela passagem (da produção e expropriação) da mais-valia absoluta à relativa. A perda de controle funciona assim como mediatização no processo de

produção da mais-valia. Com efeito o começo do controle sobre o trabalho não foi directamente a partir da separação do produtor dos instrumentos de trabalho, mas sim da disciplina — criando lugares comuns de trabalho — e da utilização da matéria prima, a fim de evitar desperdício e roubo do material <sup>(27)</sup>. Posterior a este facto dá-se a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e do produto do trabalho — controle do processo de trabalho — como uma das dimensões das relações de dominação-subordinação de classe. Todavia a perda do controle não se refere ao controle em si, mas à sua significação social: perda do domínio dos objectos produzidos que se transformam em potências estranhas e dominantes da organização social da produção e dos homens que nele estão inseridos. É portanto a perda do controle da lógica do funcionamento e da forma de organização da sociedade, que consolida as relações de produção capitalista e que exprime a exclusão social dos produtores. Assim sendo, não é o estrito controle o que mais interessa, pois as experiências feitas no desenvolvimento das relações humanas nas empresas (o controle por parte das equipas de trabalho sobre a maneira de produzir — mas não sobre o produto produzido: o capital) visam modificar as relações dos trabalhadores com o capital e os instrumentos de trabalho no sentido de diminuir o absentismo, motivar as relações laborais e aumentar a produtividade, factores estes que contribuem para o acréscimo da mais-valia <sup>(28)</sup>. Todavia, estas modificações resultantes do desenvolvimento do capital sobre o processo de trabalho, no que diz respeito às fragmentações do controle, têm manifesto interesse na análise dos comportamentos e práticas sociais, uma vez que é nas situações intermediárias e contraditórias, como diz Wright, que as posições sociais e políticas se definem na prática. Contudo, numa análise das situações de classe e dos lugares de classe, parece necessário delimitar aquilo que remete para um estudo das funções e da fragmentação institucional dos diferentes graus de autoridade e aquilo que se relaciona com o controle societal da organização do trabalho objectivado e o domínio da socialização do trabalho, incluído o papel da ciência e a técnica na sua dimensão de poder de controle.

2 — Entre os elementos que podem dar origem aos lugares contraditórios, Wright introduz dois tipos de modificações: a diversificação das funções do capital e o desenvolvimento da complexa hierarquia nas grandes corporações. Quais seriam, portanto, os efeitos dessas modificações? Por um lado aparece a distinção entre propriedade legal e controle, que é a característica das grandes corporações capitalistas diferentes

das empresas capitalistas clássicas, e a distinção entre propriedade económica e a posse, que exprime a dissociação entre o que se faz e a maneira como se faz (controle dos meios de produção e controle do processo de trabalho, respectivamente). Por outro lado, a dissociação do interior das relações de posse exprime a contraditoriedade dos lugares que detêm um controle fragmentado do processo de trabalho e de certos trabalhadores técnicos que detêm o controle sobre a maneira de efectuar o seu trabalho.

A distinção entre propriedade legal e o controle nas sociedades capitalistas avançadas tem sido um dos principais argumentos da crítica à teoria das classes sociais, pois já não seria o proprietário tradicional quem controla os meios de produção e o processo de trabalho: tal seria função dum corpo técnico-direccional (*managers*). Em relação à questão da separação da propriedade legal e do controle<sup>(29)</sup> parece hoje suficientemente esclarecido, como o próprio Wright observa no seu trabalho, que a ideia principal, claramente sistematizada na obra de Dahrendorf<sup>(30)</sup>, resultante dessa dissociação é a da diluição das contradições de classe e a modificação estrutural do capitalismo. Embora esta análise não resista à prova empírica produzida pelos críticos da «revolução managerial»<sup>(31)</sup> o importante, a meu ver, é que, a menos que considere a empresa como uma relação institucional (tal como o faz Talcott Parsons nos *Ensayos de teoria sociológica*), os detentores da propriedade económica — mesmo na hipótese de não serem significativamente os mesmos detentores da propriedade legal — não podem modificar a significação social da propriedade dos meios de produção e do sobreproduto social. Mesmo ainda que os detentores da posse ou do controle estivessem «motivados», dificilmente poderiam transformar a significação da propriedade privada do sobreproduto social numa instituição auto-gerida pelos trabalhadores. O seu poder e as suas funções estão delimitadas pelas próprias estruturas da produção capitalista. Ora, o seu grau de controle — ainda que fragmentado — dos meios de produção e de processo de trabalho não é mais do que um controle institucional e técnico resultante da complexidade da actual forma de produzir. Aliás, a imagem da empresa do capitalismo clássico, como sendo assunto exclusivo do patrão onnipresente — funções não diferenciadas nem fragmentadas — é assaz mítica, pois já nessa época se analisava a tendência da separação do trabalho de direcção da propriedade do capital e a criação de todo um conjunto de funcionários do capital<sup>(32)</sup>. Ao contrário da concepção que vê os agentes-indivíduos ocupando posições institucionais e técnicas — ligados ao grau de controle do processo de trabalho

e da alocação dos recursos — a abordagem da determinação estrutural das classes insere esses agentes no estudo dos lugares estruturalmente unitários do capital.

Finalmente, a existência duma fragmentação, pelo desenvolvimento duma complexa hierarquia funcional com diferentes graus de controle sobre as várias unidades do processo de produção (investimentos, marketing, produção por ramos, etc.) e sobre as diferentes formas do processo de trabalho como, por exemplo, os trabalhadores que detêm um certo controle real sobre o processo de trabalho (técnicos médios, capatazes, etc.) <sup>(33)</sup>, remete para uma análise das modificações da determinação estrutural dos lugares que recobre diferenciações técnicas e institucionais necessárias à actual complexidade da produção e que, na articulação com as conjunturas sociais, opera uma redistribuição dos comportamentos sociais dando lugar ao aparecimento de práticas sociais críticas nas posições de classe assumidas em conjunturas políticas concretas. Sendo este um dos pontos importantes na análise de Wright, parece no entanto necessário observar que, mesmo na articulação destes dois aspectos, é importante a sua distinção teórica na análise concreta das classes. É evidente que a maneira como Wright analisa esta questão e a sua insistência no estudo das modificações que podem influir nos comportamentos e práticas sociais nada têm a ver com a abordagem institucionalista da autoridade como categoria de delimitação das classes sociais presente nos autores como Dahrendorf ou Galbraith <sup>(34)</sup>. Todavia, não parece que a pormenorização concreta da diferenciação do grau de controle — parcial, mínimo, etc. — <sup>(35)</sup> possa dar mais precisão teórica à determinação dos lugares de classe. Trata-se fundamentalmente da substituição do conceito da divisão social do trabalho e das dimensões dos critérios políticos, ideológicos e económicos pelos critérios essencialmente institucionais da função da técnica e da autoridade fragmentada.

3 — O conceito de lugares contraditórios de classe é também utilizado para delimitar as fronteiras de classe de toda uma série de agentes que, segundo Wright, não têm uma determinação unitária de classe. Assim, o lugar de direcção e vigilância («foremen» e supervisores) exprime a racionalização crescente da autoridade tirando o poder pessoal que antigamente poderia implicar a imposição da dominação no processo de trabalho. Nesse sentido, o facto do controle do processo de trabalho estar fragmentado na sua função e burocratizado no sentido da institucionalização das normas, pode ser suficiente para concluir que a função do despotismo da fábrica

não tem hoje a significação social e política de antigamente. Contudo, este lugar de direcção e vigilância exprime, na teoria de Poulantzas, o lugar de execução das normas de exploração do trabalho e da concretização das relações de dominação impostas pela monopolização da ciência e da técnica (engenheiros e técnicos que por sua vez legitimam a função do capataz). Parece portanto que analisar o capataz ou o técnico médio 'supervisor' como não transmitindo ordens pessoais e não tendo grande poder (sendo estes dois elementos burocratizados e institucionalizados) é confundir os efeitos do lugar de classe — controle da extracção da mais-valia, despotismo, etc. — com a posição funcional, por um lado, e reduzir a dominação a uma dimensão institucional-técnica quando na realidade esta se estende até ao social, por outro. Se é correcto pensar que a função técnica do lugar de 'supervisor' está subordinada a uma função social no interior da divisão social do trabalho, o mesmo poderá dizer-se da função de direcção e coordenação dos *managers* e da tecnocracia que, apesar de deterem um limitado grau de autonomia sobre o seu trabalho e tendo uma própria hierarquia de autoridade, estão subordinadas ao lugar social da divisão social do trabalho na mediação da imposição da rentabilidade e racionalidade do capital e da exclusão do saber técnico e organizacional. É no caso dos «empregados semi-autónomos» onde esta redução técnica-institucional é mais patente, pois o facto dos investigadores, por exemplo, não terem controle sobre os assalariados e terem controle sobre o seu trabalho imediato seriam os elementos mais importantes para explicar as práticas e a reprodução das classes do que as significações políticas e ideológicas da sua função intelectual na divisão social do trabalho. Mais ainda: a produção da ciência e da técnica e da ideologia dominante legitimadora da racionalidade do capital é reduzida a uma mera análise do controle institucional e técnico do seu trabalho, sem outra consideração que as significações individuais. Contudo é de sublinhar que a crítica de Wright à conceptualização de Poulantzas tem toda a sua pertinência quando se trata da análise concreta, pois as modificações nas condições do trabalho, exemplificada por Wright, condicionam os comportamentos e as práticas de classe nos sectores que, justamente, adquirem uma função não unitária, isto é, contraditória. Todavia, a necessidade desta análise e a sua pertinência não poderá substituir-se à análise das determinações estruturais dos lugares, mas sim, uma vez que uma e outra são irreduzíveis, exige-se a sua complementaridade: conjuntura e estrutura, orientação subjectiva e condicionantes objectivos.

## B — Em torno das posições e das lutas de classes

1 — A preocupação de Wright em não «esvaziar» a determinação económica das classes sociais, delimitadas principalmente nos elementos funcionais e técnicos dos lugares económicos, apresenta sérias dificuldades na delimitação dos agentes e lugares situados nos aparelhos técnicos, administrativos, ideológicos e repressivos do Estado, das quais se não pode sair senão pelo recurso aos critérios da consciência de classe. Com efeito, uma vez que as relações sociais de produção se limitam a ter com elementos constitutivos o controle dos meios de produção, dos recursos e do investimento e o controle do processo de trabalho sem uma inserção das relações políticas e ideológicas como parte constitutiva das relações sociais, torna-se assim difícil definir os lugares de classe desses agentes indirectamente ligados à produção e distanciados das exigências do funcionamento do processo de trabalho, mas próximos das condições políticas e ideológicas da estruturação da sociedade. O recurso aos critérios da consciência de classe torna-se, nestes casos, obrigatório. Mas as relações sociais de produção não são relações entre coisas — técnicas ou funcionais — mas entre sujeitos e estruturas sociais — classes — e, nesse caso, os agentes dos aparelhos políticos, técnicos, repressivos, administrativos e ideológicos têm um lugar delimitado especificamente pelo lugar que ocupam estes aparelhos na reprodução das relações de classes. O conceito da divisão social do trabalho permite assim ultrapassar a determinação meramente económica e institucional das classes e permite, igualmente, reter a determinação objectiva das classes pelas relações da produção material da vida social, isto é, pela estruturação da sociedade.

Como é possível, no entanto, analisar as situações — lugares e posições — dos agentes destes vários aparelhos estatais como não mediatizados nas determinações sociais e sem um estatuto teórico específico não redutível ao económico? Tentamos anteriormente explicar as relações sociais de produção como as formas que a sociedade encontra para definir a sua estruturação social e a maneira como esta sociedade se reproduz. Se as relações sociais de produção se definem só como relações económicas, isto quer dizer que as estruturas do económico se autoreproduzem automaticamente, ou pelo efeito do seu próprio movimento e, nesse caso, as classes só se definirão pelo económico e tudo o que não lhe seja ligado directamente não fará parte das relações sociais de produção. Claro que neste caso encontramos com uma quantidade de agentes e de assalariados não ligados directamente à produção e com toda uma série de elementos não directamente económicos

(ciência, técnica, política, ideologia, etc.) que exigirá teoricamente a introdução dos critérios da consciência de classe para completar esta lacuna: o político e o ideológico será assim justaposto exteriormente às classes já definidas pelo económico. O político e o ideológico será exterior às relações sociais de produção: um epifenómeno reflexivo. Não parece possível, actualmente, pensar o político e o ideológico e até o Estado (com as suas ligações imprescindíveis com os aparelhos económicos e até porque o próprio Estado actua como aparelho económico de resolução das crises de acumulação) como exteriores às relações sociais de produção. Pensando o Estado como a materialização da divisão do trabalho manual/intelectual<sup>(36)</sup>, isto é, como a materialização da exclusão e monopolização do saber, pode ver-se que o Estado, e o político e ideológico por ele mediatizado, é parte constitutiva da reprodução das classes sociais: as formas actuais do Estado e as suas contradições no funcionamento inserem-se neste movimento de reprodução da sociedade. Assim não parece razoável que a lógica institucional e funcional possa sobrepor-se (sobredeterminar as classes) à função do Estado e dos seus aparelhos na divisão social do trabalho, pois dificilmente se pode analisar a função social dos aparelhos políticos, técnicos, ideológicos e repressivos na sua individualidade funcional (caso da polícia, para citar o exemplo de Wright) de maior ou menor controle do seu trabalho. Que as referências às contradições no interior dos aparelhos sejam significativas no sentido da desagregação da dominação do Estado e da constituição das forças sociais é inegável, mas não poderá por isso eliminar teoricamente o papel constitutivo de reprodução da divisão social do trabalho do Estado na sociedade capitalista.

Retomando, nesta última observação, o recurso necessário à questão da consciência de classe, podemos ver que se apresenta, pelo menos, como problemática. Com efeito, se os interesses de classe objectivos estão, para Wright, intimamente associados, senão baseados, nos interesses subjectivos (a consciência de classe)<sup>(37)</sup>, quer dizer que os interesses objectivos de classe serão a consciência correcta da sua situação sem os obstáculos das mediações mistificadoras<sup>(38)</sup>. Poderíamos assim dizer que continua a pensar-se numa relação imediata entre economia e consciência-interesses de classe e somente na determinação da situação e posição unicamente pelos lugares económicos. Neste sentido, G. Lukacs dirá que a consciência de classe «... é a reacção racional adequada que, deste modo, deve ser atribuída a uma situação típica determinada no processo de produção»<sup>(39)</sup>. É a consciência que todos os agentes duma classe teriam se pudessem entender claramente a estru-

tura de toda a sociedade. É claro que a consciência de classe e dos interesses das transformações sociais é fundamental para definir as posições de classe em relação à reprodução das relações sociais e esta posição pode, de facto, ser diferente da situação de classe. Mas, por outro lado, a situação de classe dos novos assalariados não directamente ligados à classe operária, por exemplo, e o desaparecimento dos lugares de classe da pequena burguesia tradicional (comércio, artesanato, agricultura), como sendo as duas situações principais no processo de transformação do capitalismo avançado, implicam que estas situações são criadas e eliminadas pelo próprio movimento de extensão do capital independentemente da consciência de oposição desses ocupantes dos lugares referidos. Interessa, por isso, não confundir os níveis de análise para a elaboração dos interesses e das estratégias da conjuntura, pois durante anos pensou-se que todos estes novos lugares assalariados (contraditórios, intermediários ou em transição, como vários autores têm referido), pelo facto de se racionalizarem pelo capitalismo monopólico, iriam necessariamente situar-se com as posições da classe operária. Parece hoje essencial rever este mecanismo para delimitar situações e posições de classe que possam constituir uma alternativa de transformação social.

2 — Na sequência das anteriores observações parece mais correcto dizer que a estruturação e formação das classes e a sua dissolução não depende somente do grau de consciência ou de organização, mas sim do próprio movimento das relações sociais, caso do desaparecimento tendencial da classe camponesa (fracção de classe, melhor dito) e do aparecimento dos novos lugares assalariados pelo efeito do desenvolvimento do capital (investigação, marketing, informação, qualificação, etc.). Se é bem certo que a 'estrutura de classe', segundo Wright, delimita os objectivos da luta de classes (nacionalizações, modificações na estrutura agrária, modificações nas funções dos novos assalariados, etc.), também se pode dizer o contrário: uma forte luta de classes pode romper ou modificar uma estrutura de classes ou uma fraca luta de classes pode formar uma estrutura de classe muito pouco sólida (caso do capitalismo empresarial familiar ou tradicional). Assim, parece correcto dizer que a luta de classes não é «uma variável dependente» e que há uma relação recíproca entre classe, lutas e estruturas. Mas essa relação recíproca pode ser pensada como uma multi-causalidade onde a luta de classes é determinante sobre a estrutura e as capacidades das classes, sendo a luta de classes, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, a expressão das estruturas sociais de organização e de produção. Nesse

sentido, a luta de classes é a forma como as classes se estruturam. Pensar, por exemplo, nas expropriações dos campos no aparecimento do capitalismo, nas leis «sanguinárias» da acumulação, na dominação política e ideológica do Estado no papel da formação do proletariado, como elementos significativos das formações das sociedades através dos conflitos sociais, implica não operar uma separação formal entre capacidades, estruturas e lutas de classe, pois, no fundo, os interesses de classe não são senão as manifestações e as formas sociais, que a luta de classes toma. Claro que as lutas de classes, na conjuntura e nas estruturas, são também condicionadas pelo seu grau de consciência e de organização e até pelo peso das «tradições», mas pode haver lutas de classes — movimento das relações sociais — sem consciência de classe.

Nesse sentido parece correcto dizer que a luta de classes é uma mediação entre uma dada estrutura de classe e a capacidade da classe, embora seja necessário ter em conta que a luta de classes é também parte constitutiva das estruturas de classe e não só o seu efeito exterior ao nível da consciência e da organização. É de toda a importância, pois, delimitar a este nível conjuntural o que significa a luta de classes, quais são os seus elementos e de que maneira influencia a capacidade das classes em ultrapassar a «serialização» <sup>(40)</sup> dos movimentos sociais dos trabalhadores em geral. Pois a capacidade de classe não se estabelece só no interior da classe o que certamente levaria a retomar a questão da composição social de classe <sup>(41)</sup> — antes também e especificamente nas relações entre as classes. De facto, a capacidade duma classe é o poder que tem de estruturar, reproduzir ou operar uma ruptura na organização social em relação às outras classes. O poder é assim relacional e as capacidades duma classe dependem das capacidades e resistências das outras classes para impedir ou impôr a expressão dos seus interesses.

Para concluir este ponto, direi portanto que esta mediação da luta de classes entre as situações de classes e as formações de classes — que pode alterar e determinar a inserção numa dada classe dos agentes dos lugares contraditórios — parece reintroduzir a problemática da consciência de classe (incluindo a sua organização) como complemento da determinação de classe, a menos que se delimite especificamente o seu estatuto teórico ao nível da conjuntura concreta. É claro que numa conjuntura concreta, a luta de classes no seu nível política e ideológico (organização e consciência) influencia a deslocação (o desfasamento) duma situação de classe para uma posição de classe diferente — como o caso Português o exemplifica nestes anos pós-25 de Abril ao nível das fracções

da chamada pequena burguesia e das fracções da classe operária. Porém é importante distinguir as duas situações: luta de classes ao nível da formação das estruturas de classe — lugar na divisão social do trabalho — e ao nível da conjuntura. Embora a sua interligação seja evidente, a sua distinção é fulcral na delimitação da situação e da posição de classe, sobretudo quando numa conjuntura o problema das alianças de classe e da hegemonia no bloco social está no centro da ruptura ou da reprodução do sistema social. Distinguir claramente as situações de classe — e as suas diferentes determinações — e as posições de classe diferenciadas é imprescindível para não considerar, muito simplesmente, que os assalariados em geral constituem um bloco homogéneo, sem desfasamento entre situação e posição, ou pensar que todo o possível desfasamento se apaga pelo recurso à consciência e ao voluntarismo ideológico, como parece ter acontecido nas experiências chilena e portuguesa.

#### C — Sobre a Nova Pequena Burguesia

A abordagem das sociedades capitalistas como sendo essencialmente dicotómicas está, no meu entender, estreitamente ligada à concepção catastrofista do capitalismo e da autoreprodução mecânica do sistema social pelo económico: a crise precipitaria os intermédios — indecisos — nos braços da história. A racionalização da situação do trabalho e a proletarianização operada pelo desenvolvimento do capitalismo levaria estes agentes a aproximarem-se da classe operária numa transformação social. Porém a classe intermédia resiste à história escrita.

Neste contexto histórico — teórico e político <sup>(42)</sup> — surge a noção de classe média como oposição teórica às ideias da proletarianização e desaparecimento destas classes. Perante a realidade do não desaparecimento e até do seu alargamento, as classes médias fornecem a base real da noção da diluição das classes dicotómicas neste novo conjunto de assalariados. Frequentemente a análise das classes médias é baseada na relação condicionante entre o comportamento individual e a sua categoria profissional, estabelecendo tantas diferenças de atitudes como diferenças de profissão e implicando assim a anulação de semelhança e solidariedade de classe. Mas nesta análise, o nível de rendimentos ou o exercício da profissão «adquirem uma capacidade explicativa do real por si próprias» <sup>(43)</sup>. Dito resumidamente: a característica principal desta análise é a articulação entre as realidades materiais — sobretudo nas sociedades de

consumo mais desenvolvido — e a constelação de novos valores sociais: qualificação-educação como definidor das posições sociais e culturais, cultura de massa universalizada<sup>(44)</sup>, etc. A classe média existe portanto para mostrar, paradoxalmente, a não-existência das classes sociais, estendendo-se como uma mancha diluidora dos seus contornos e que, na sua actividade roedora, se alarga até ao desaparecimento das suas fronteiras.

A classe média existe, dirá P. Boccara, mas, tal como a pequena burguesia tradicional (o «logista» do Marx do século XIX), está condenada ao desaparecimento e à proletarianização devido às condições da racionalidade dos assalariados não operários: no fundo são «quase-operários»<sup>(45)</sup>. Assim a classe «intermediária», sem o estatuto teórico das duas classes fundamentais, aproximar-se-ia tendencialmente da classe operária até se confundir com ela. Para além do mais, a descoberta da função neutra da ciência e da técnica e a sua lógica racional científica (R. Richta) levaria os seus portadores a uma aliança «progressista» com o socialismo que é, também, racional e científico. Não interessa, portanto, o seu estatuto teórico pois é uma classe intermédia que não tem necessidade, pela sua transitoriedade e indefinição constitutiva, de ser analisada em si própria e com uma especificidade material e política.

Uma outra interpretação sublinha a importância da situação social do trabalho na abordagem desta questão. A classe operária já não seria a antiga classe dos operários do capital industrial-agrícola mas estende-se, pela mão da situação social do trabalho (racionalização, padronização)<sup>(46)</sup> e da consciência de classe a toda uma ampla camada dos «sem-propriedade». O proletariado duplica-se e a revolução esbate-se. A explicação já não será a crise, a integração social e as ideologias, mas as direcções revolucionárias, as práticas reformistas, etc. Contudo esta grande massa de assalariados, apesar das suas semelhanças na situação do trabalho, não é homogénea socialmente nem politicamente. Onde a diferença e a distância alastra, o discurso teórico tende a ser mais ideal e voluntarista: só a vontade pode unir o que a realidade social, económica, ideológica separa.

Tanto uma como outra interpretação não parece resolver o obstáculo principal na teoria materialista das classes, isto é, o articular as questões políticas, ideológicas e culturais não ligadas directa nem mecanicamente às relações sociais de produção. Penso, portanto, que Wright, embora este problema esteja presente na sua obra, também não ultrapassa a justaposição das determinações da estrutura económica com as determinações políticas e ideológicas sem as integrar numa

articulação com um estatuto teórico específico. A classe operária seria, assim, definida pelo amplo critério de ausência da propriedade económica e da posse, pela situação social do trabalho (nos seus elementos de racionalização, padronização) e pelo interesse no socialismo. Dito de outra maneira: é reintroduzir os elementos da consciência de classe — no lugar das determinações das relações políticas e ideológicas —, como *forcing*, para resolver questões deslocando o problema. A situação contraditória de classe, segundo Wright, que atinge quase 50% dos assalariados, não directamente operários, parece reenviar à noção de «classe mista» de Bukharin (<sup>47</sup>), à classe «intermediária» de Boccara ou à «dupla função» da nova classe média (função do capital e função do trabalhador colectivo e a sua proletarianização pela desqualificação) de Carchedi (<sup>48</sup>): as contradições desse lugar de classe serão resolvidas pela introdução da questão da consciência e da organização: a ideologia e o político esperam o indivíduo «contraditório» às portas das empresas e das fábricas.

A abordagem de Poulantzas (<sup>49</sup>) parece ser uma tentativa mais sólida para resolver esta questão. Do ponto de vista teórico, como já foi suficientemente analisado, tenta resolver a articulação do político, do ideológico e do económico para definir as classes sociais e, em especial, a mencionada nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional ao nível da situação de classe na divisão social do trabalho (que, numa formação social concreta, assenta na articulação dos vários modos de produção), permitindo assim, no meu entender, ultrapassar o economicismo na determinação das classes pela conceptualização da materialidade específica (autonomia relativa própria) do ideológico e do político. Sem operar um recurso à consciência ou ao estilo de vida ou ainda à situação social do trabalho para completar a negatividade do económico nestes sectores, a conceptualização do ideológico e do político pode permitir ampliar a ideia da determinação material da vida social e fornecer pistas para definir o estatuto teórico dos níveis ideológico e político numa formação social. Porque mesmo que a situação social do trabalho tenha tendência a assemelhar-se à da classe operária, nem por isso as práticas se assemelham. E também porque a experiência histórica mostra que a indecisão de algumas fracções deste sector social 'contraditório' nem sempre é tão significativa como se apresenta: a sua articulação com os valores e as práticas dominantes assenta, em grande medida, na especificidade desta classe (lugar de classe ideológica, política e económica na divisão social do trabalho) na reprodução das relações sociais.

Por outro lado, a distinção entre situação e posição permite ver como numa conjuntura concreta, as posições de classe de alguns destes sectores se colocam numa perspectiva diferente da alternativa oposicional duma grande parte da classe operária e reenvia para uma análise dos seus interesses de classe resultantes da situação na divisão social do trabalho. Mais ainda: a distinção referida permite também analisar os interesses desta classe e, principalmente, das suas fracções (que é também uma crítica à ideologia do 'terciário' e à noção de bloco homogéneo dos assalariados não operários) de maneira diferenciada e com legitimidade própria nas suas possíveis posições de classe na perspectiva duma mínima e heterodoxa aliança num bloco socialpositor à sociedade capitalista.

#### IV — *Conclusão: hipóteses para uma análise dos conflitos sociais*

Sendo este trabalho por demais extenso, limitar-me-ei, na conclusão, a uns poucos temas principais, consciente de deixar de lado uma série de pontos que mereciam também tratamento, como é o caso do estudo das diferentes fracções da classe dominante, a sua diferente estruturação e força social, o tipo de formação social, assim como a análise das diferentes fracções das classes dominadas, o que nos levaria ao estudo da composição social de classe. Limitarei, porém, esta conclusão aos seguintes pontos:

1 — Uns dos principais problemas que se levanta à teoria materialista da sociedade, e particularmente à teoria das classes sociais, é o estatuto teórico do político e do ideológico, pois, se bem que as práticas de classe numa conjuntura concreta não traduzam directamente as bases económicas da vida social, também não são a expressão pura e simples do universo cultural e político. É esta articulação que não parece resolvida nos dois contributos estudados. Se bem que Poulantzas ensaie uma conceptualização desta articulação e o consequente estatuto teórico do político e do ideológico ao nível da situação de classe como vimos, o mesmo não acontece ao nível conjuntural das posições de classe. Nunca se sabe previamente, retomando um conceito já conhecido, porque é que a luta de classes ou o político é «sobredeterminante». Com efeito, esta ideia da sobredeterminação está no centro da necessidade de pensar a especificidade e a materialidade própria — sem cair na directa subordinação ao económico — dos níveis políticos e

ideológicos. Em Erik O. Wright, este problema não parece que seja posto quer ao nível da situação quer ao nível da posição, pois a teoria das classes limita-se, em grande parte, a uma revitalização da determinação pelo económico com a sua interpretação mais institucional e técnica do funcionamento desta estrutura de produção. O que não é resolvido por este critério, cai na esfera do critério *ad-hoc* da consciência e do interesse pelo socialismo. Portanto, o estatuto teórico do político e do ideológico, como elementos constitutivos das relações sociais de produção, parece estar ausente. Todavia, há em Wright um esforço interessante em precisar as mediações entre o económico e o comportamento político assentes no político e no ideológico. Simplesmente este desenvolvimento dos elementos organizativos e da consciência não se inserem num estudo teórico do problema da articulação, mas sim num descrição da reciprocidade entre elementos.

2 — Interessa levantar a questão da análise altamente conjuntural das determinações de classe e dos lugares (e agentes) contraditórios em Wright. Se já em Poulantzas a conjugação da nova pequena burguesia e da pequena burguesia tradicional numa mesma classe — embora possa dizer-se que o estudo das práticas da pequena burguesia como classe, tem uma certa pertinência para o caso português — aparecia como uma solução mais empírica do que teórica, e pelo menos de carácter conjuntural, a solução de Wright é a permanente instabilidade, pois a situação social do trabalho, o grau do desenvolvimento técnico, a fragmentação das funções e da autoridade de controle assim como o grau de produtividade, pelas suas próprias definições, são constitutivamente instáveis. Neste contexto, se bem que seja pertinente a crítica a Poulantzas<sup>(50)</sup> no sentido de procurar resolver a questão de pertença da Nova Pequena Burguesia e da Pequena Burguesia Tradicional a uma mesma classe pelo recurso aos critérios políticos e ideológicos sem um rigoroso estatuto teórico da sua articulação (muito embora Poulantzas insista que tanto a Nova Pequena Burguesia como a Pequena Burguesia Tradicional têm semelhanças nas práticas de classe pelo facto dos níveis políticos e ideológicos assentarem no lugar da polarização das relações sociais de produção dos vários modos de produção que se articulam numa formação social), este recurso ao ideológico é, em Wright, uma condição «sine qua non» pois só o interesse pelo socialismo pode unir cerca dos 50% dos lugares e agentes contraditórios.

Mais ainda: a capacidade de ruptura duma classe não pode ser encontrada só na projecção dum ideal — o interesse

do socialismo — em torno do qual esta se formaria, mas também pelo seu lugar estrutural capaz de gerar uma nova organização social. Parece pois que este lugar estrutural resulta da lógica do próprio sistema e exprime-se na capacidade de produzir riquezas sociais e formas diferentes de organização social. Esta capacidade porém, não será dada automaticamente nem originariamente determinada, mas sim como resultado das práticas sociais em todas as suas dimensões: do político, ao económico e do ideológico ao cultural. A questão parece-me ser a seguinte: é certo que existe toda uma série de contestação dos aspectos específicos da organização do sistema capitalista — cultural, ocupacional, equipamentos colectivos, famílias e divisão sexual do trabalho, etc. — por grupos e movimentos sociais que vão para além das práticas da classe operária *strictu sensu* e que contêm potencialmente o questionamento generalizado da sociedade actual; no entanto, é preciso situar esta contestação em dois planos diversos: na especificidade destas contestações em sua diferenciada integração nas práticas com capacidade estrutural de produzir situações de ruptura global, e, no circunstancialismo em que estas práticas sociais críticas — que atingem por vezes um alto grau de radicalidade — emergem: em circunstâncias de crise da acumulação e de crise da lógica da reprodução social do sistema produzida pela oposição e resistência (principalmente, embora não unicamente) da classe operária à exploração e desorganização efectuada pela função de classe do Estado. Portugal parece um bom exemplo desta realidade após o 25 de Abril de 1974 e, mesmo outros países europeus após a crise geral dos anos 60-70, quando a crise do modelo de acumulação e do modelo social apareceu no horizonte.

3 — O problema da explicação da formação e práticas de classe em Wright, como já analisámos, está mais centrado na abordagem da função do agente em torno do carácter institucional e técnico do lugar (principalmente nos lugares contraditórios) tentando desta maneira demarcar-se da interpretação economicista das classes mas, em meu entender, continua sendo uma abordagem no interior da tradição ortodoxa da definição de classes. Poulantzas parece subverter o estatuto onnipresente do económico pela deslocação da determinação das classes no interior da divisão social do trabalho em que várias determinações estruturais concorrem. Contrariamente a Wright, Poulantzas assenta claramente as análises das classes no conceito das práticas de classe (lugares e agentes) e na consideração dos três níveis da determinação, onde a função técnica e institucional (do trabalho intelectual, dos diversos apa-

relhos, etc.) está subordinada à divisão social do trabalho. Nesse sentido, esta análise permite estudar melhor a estrutura social e as formações sociais, enquanto determinadas pelos movimentos das classes como forças sociais em luta (e o carácter estrutural dessa luta), do que uma análise que sobrevalorize os agentes e seja, por isso, necessariamente reforçada pelo voluntarismo. O esforço de Poulantzas em produzir o conceito de práticas de classe como estando constituído tanto pelas classes como pela luta de classes (as classes são as lutas — práticas — de classe, segundo Poulantzas) é esvaziado na análise de Wright pela separação destes dois elementos nos quais a luta de classes fica reduzida ao problema da posição e como exterior à formação estrutural das classes. Retoma-se assim a velha ideia de situar as classes no económico e a luta de classes no ideológico e no político (consciência e organização) que foi, como se sabe, a análise característica duma interpretação do materialismo histórico durante décadas (Bukharin, Vargas, Boccara, Bauman, Harnecker, etc.).

Todavia, a ideia de centrar a explicação da determinação estrutural das classes pelas práticas-lutas de classe não resolve, no meu entender, a questão do estatuto teórico do conceito de luta de classes como base de formação das classes. Poulantzas avança a ideia de que as classes se determinam histórica e dinamicamente pela luta de classes. Contudo como é possível que sendo as lutas de classes a base da estruturação das classes e estando esta dependente da reprodução ou da ruptura social, como é possível, dizia, que os problemas da consciência e da organização, que jogam fundamentalmente na conjuntura da reprodução ou da ruptura, não intervenham na determinação estrutural? A separação operada por Poulantzas não me parece suficientemente sólida e a sua relação é mais uma evidência do que uma especificação teórica própria ou uma conceptualização da sua articulação. Volta-se evidentemente ao problema da articulação do político, do ideológico e do económico na determinação material da sociedade.

4 — A articulação e a conceptualização do político e do ideológico deve estar inserido no desenvolvimento da ideia da reprodução social. Nesse sentido, parece correcta a tentativa de Poulantzas — o que não aparece em Wright — em situar a determinação das classes na reprodução social e não na simples produção. Ora é preciso ir mais longe. O que implica, de facto, pôr em questão o conceito da estrutura do económico como auto-reproduzindo-se por si próprio e, em consequência, a ideia do que é produtivo e do que não o é, como também é preciso pôr em questão a pertinência do político e do ideoló-

gico na reprodução do sistema social, pois não basta dizer — como Althusser — que são condições de existência da estrutura do económico. Mais ainda, implica também repensar o papel do político e do ideológico (e até do cultural com especificidade própria), não só já na reprodução, mas fundamentalmente na ruptura, isto é, o problema e o estatuto teórico das práticas sociais na ruptura social. Assim o papel do político, das práticas políticas e do Estado, na ruptura social deve ser ligado ao problema das classes como forças sociais de reprodução e de ruptura. Reflectir portanto o papel do político, do ideológico e do cultural nas mudanças, obriga a reflectir o tipo de ruptura que é possível: põe-se o problema da redefinição do modelo da revolução possível e dos seus vários agentes e forças sociais da ruptura. Isto porque nem todas as épocas, nem todas as formações sociais se caracterizam pelo mesmo grau de desenvolvimento e, naturalmente, a análise das classes, na sua estruturação e no seu papel de forças sociais de reprodução ou ruptura, não pode ser a mesma — embora possa manter-se no essencial — para tipos de sociedades em diferentes estados e situações.

Reflectir sobre estas questões implica também repensar a teoria crítica das sociedades capitalistas. Reflexão que não poderá ser neste momento abordada, muito embora interesse adiantar sumariamente o aspecto por nós considerado fulcral. Com efeito pensa-se que é na articulação dos níveis político, económico, ideológico e cultural e na conceptualização da determinação material da vida social que é necessário situar o alcance da teoria crítica do social. É neste sentido que a abordagem do nível económico como determinante, único, em última instância parece-nos fechar as possibilidades de constituição de uma metodologia que, baseada na materialidade da organização social, restitua uma pertinência própria, e não delegada, aos níveis político, ideológico e cultural. Pois, estes níveis, ao mesmo tempo que o económico, seriam assim a forma que toma as relações sociais (nas quais se inclui a produção). Neste contexto, a produção não é mais do que uma forma de organização da sociedade: a produção é sempre social. Quer isto dizer que ao falar da determinação material da vida social, não se trata da combinação dos «invariantes» na estrutura do económico, mas sobretudo a forma da organização da vida social. Assim, pois, a vida social não exige só a materialidade do produto ou riqueza social, mas também as relações e formas sociais. Formas sociais estas que resultam dos conflitos sociais, de lutas entre grupos, classes, movimentos sociais e das relações contraditórias do desenvolvimento do capital, dos assalariados, dos produtores independentes ou não. Quer isto

dizer que a separação do económico (em relação ao político e ao ideológico), que hoje é estruturado nas suas formas específicas, é resultado dum processo histórico de contradições e conflitos sociais (<sup>51</sup>). O que aqui interessa sublinhar é a impossibilidade de materializar uma forma social de produção — caso da sociedade capitalista — pela simples evolução e determinação da instância económica, ora identificada com as forças produtivas, ora identificada com as relações de produção (<sup>52</sup>). As relações sociais, incluindo a produção, seriam, o que não é mais do que uma das nossas hipóteses de estudo, a relação e articulação do conjunto das formas e níveis políticos, económicos, ideológicos e culturais intervenientes na materialidade da sociedade, sendo assim o modo, a maneira como as lutas sociais estruturam a sociedade. Serão assim as exigências dos conflitos e das lutas sociais pela organização da sociedade, pela defesa dos interesses específicos, pelas representações sociais e culturais que vão dando forma ao político (ao Estado e à legislação da propriedade privada, de organização, distribuição e disciplina da mão-de-obra assalariada, dos mecanismos de legitimação, etc.), ao económico (formas de produção, desenvolvimento das forças produtivas, processo de trabalho, etc.) e ao ideológico e ao cultural (instituições de formação dos «hábitos» sociais, práticas judiciais e disciplinares, materialização dos valores e da cultura, formas de pensamento e representação, etc.).

Interessa assim nestas hipóteses de trabalho delimitar o sentido da articulação dos níveis económicos, políticos, ideológicos e culturais, não já no sentido da «acção do retorno» ou das «condições de existência» — pois a «existência» (a economia, neste caso) já existiria antes das «condições» e o problema será sempre como explicar esta existência — nem no sentido de «autonomia relativa» dos níveis — pois mesmo relativa esta autonomia, é definida fora da sua própria especificidade e remetendo-a sempre para um outro lugar (especial) de determinação última — mas, antes como partes constitutivas das práticas sociais da formação material do social e de aparecimento e formalização das diferentes estruturas das relações sociais. Ora, é nas práticas sociais dos indivíduos, grupos, classes e nas condições sociais e históricas das organizações sociais que podemos encontrar, quer as «estruturas históricas objectivas» — que por sua vez influenciam os comportamentos, hábitos e práticas — quer as «estruturas cognitivas e motivadoras» (<sup>53</sup>) que resultam das práticas ao mesmo tempo que as influenciam. Portanto, a articulação não seria, neste caso, entre duas estruturas separadas — infraestrutura e superestrutura — ou entre três níveis com autonomia relativa, mas sim integra-

das no mesmo nível das práticas sociais. É claro que a importância e a predominância de uma delas sobre as outras é um problema de investigação concreta num momento dado, não podendo ser deduzidas *a priori* e para sempre. Parece assim mais fecundo, como hipótese de trabalho na explicação do real, pensar que as estruturas e práticas políticas e ideológicas não se situam algures, fora das bases que as determinam, mas que se encontram a qualquer nível do funcionamento social como elementos constitutivos da produção e reprodução da vida social. É neste sentido que Eliseo Veron<sup>(54)</sup> dirá que a ideologia não pode ser vista como uma superestrutura pois «... sem ideologia, isto é, sem produção de sentido, não haveria nem mercadoria, nem capital, nem mais-valia...». Assim como, podemos nós acrescentar, sem formas de poder e de práticas políticas não é possível explicar o aparecimento das formas e organizações sociais de produção ou de reprodução<sup>(55)</sup>. O que não significa postular o poder ou a representação como formas autónomas, assim como também não significa situar a produção autonomamente, mas sim como dimensão social da produção e reprodução da vida social. A forma que tomam explicar-se-ia pela reprodução histórica das práticas sociais, dos conflitos sociais e das formas estruturais historicamente desenvolvidas. Trata-se, como o sublinha muito claramente Marc Augé, de pensar que «... as grandes linhas da organização económica, social ou política são objecto de representações do mesmo modo que a organização religiosa; mais exactamente: organização e representação aparecem ao mesmo tempo; uma organização não existe antes de ser representada. Também não existe razão para pensar que uma organização representa uma outra e que a verdade de um «nível», na linguagem das metáforas verticais, esteja situada noutro nível. A existência de relações entre organizações é no entanto uma evidência (...), é a natureza dessas relações que levanta problemas...»<sup>(56)</sup>

(1) Nicos Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*, Paris, Éditions du Seuil, 1974 e Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, Londres, New Left Books, 1978 (nomeadamente o capítulo «The class structure of advanced capitalist societies», que é uma versão ligeiramente modificada do artigo aparecido na *New Left Review* — «Class boundaries in advanced capitalist society» — n.º 98, Londres, 1976).

(2) Pode-se consultar a este propósito, para além de Poulantzas e Wright, outros seguintes trabalhos: K. Marx, *Le Capital*, Livre I e Livre III, *Oeuvres*, Paris, Éditions de la Pléiade, 1969, Vol. I e II (Capítulos 7-3.ª secção — e 16 — 15.ª secção — e capítulo 11 4.ª secção — respectivamente: K. Marx, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*,

Madrid, Siglo XXI, 1972, Vol. I; K. Marx, *Un Chapitre sur la plus-value*, Paris, Editions Sociales, 1974; Ian Gough, «La théorie du travail productif et improductif chez Marx», *Critique de l'économie politique*, n.º 19/75, Paris; Catherine Colliot-Thélène, «Contribution à une analyse des classes sociales. Us et abus de la notion de travail productif», *Critique de l'économie politique*, n.º 19 e 21, 1975; E. Alfvater, Freerkhuissen, «Du travail productif et improductif», *Critique de l'économie politique*, n.º 10/1973; Scoot Lash, «Productive Labor, Class determination and class position», *Science and Society*, Londres, Spring 1978; E. Mandel, *Le troisième âge du capitalisme*, Union Générale d'Editions, 1976, Vol. II, cap. XII; Arnoud Berthoud, *Travail productif et productivité du travail chez Marx*, Paris, F. Maspero, 1975.

(3) K. Marx, *Le Capital*, livre I, Oeuvres, Paris, Editions de la Pléiade, 1969, T. I., p. 1002.

(4) K. Marx, «Matériaux pour l'économie» (Chapitre inédit du capital), em Oeuvres, Paris, Editions de la Pléiade, 1969, T. II, p. 389.

(5) Sobre o trabalho colectivo ver Jacques Nagel, *Trabalho colectivo e trabalho produtivo na evolução do pensamento marxista*, Lisboa, Prelo, vol. I, 1975; Karl Marx, *Le Capital*, Livre I, Oeuvres, Paris, Editions de la Pléiade, 1969, vol. I, 5.ª secção, pp. 1001/2.

(6) K. Marx, *Histoires des doctrines économiques*, Paris, Ed. Costes, citado por N. Poulantzas, *Op. cit.* pp. 222.

(7) K. Marx, *Le Capital*, Livre III, Oeuvres, Paris, Editions de la Pléiade, 1969, vol. II, p. 1056/7.

(8) É interessante consultar a este respeito, A. Bertouhd, *op. cit.*, particularmente o capítulo sobre o capital mercantil onde é notado que este capital, embora da circulação, não seria mais que uma fracção desligada da sua fase produtiva e ligada a um agente particular, considerando o capital do ponto de vista global da reprodução. Assim, o capital comercial, na medida em que contribui para diminuir o tempo da circulação, concorre para aumentar a mais-valia produzida pelo capital industrial. Assim como o capital mercantil, os assalariados do sector seriam «agentes comerciais do capital produtivo» e portanto a distinção em questão não teria a mesma significação analisada do ponto de vista da reprodução social.

(9) Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 357.

(10) C. Colliot-Thélène tinha desenvolvido estes elementos num artigo publicado em 1975 como uma crítica à argumentação de Poulantzas. Ver «Contribution à une analyse des classes sociales. Us et abus de la notion de travail productif», *Critique de l'économie politique*, n.º 19, Paris, 1975.

(11) Marx dirá nesse sentido que «...o seu (do operário) próprio trabalho — como a orientação que recebe — lhe é portanto estranha, tal como a matéria prima e o instrumento. Em consequência, o produto aparece-lhe assim como uma combinação estranha de matéria, instrumento de trabalho como propriedade de outrem (...) Se o operário descobre que os produtos de trabalho são os seus próprios produtos, condena a dissociação dessas condições de realização e julga que lhe impõem uma situação intolerável, e assim terá adquirido uma imensa consciência que resulta aliás do modo de produção assente sobre o capital», em *Fondements de la critique de l'économie politique* (Grundrisse), Paris, Editions Anthropos, 1968, reeditado pela Union Générale d'Editions, Paris, 1975, vol. II, pp. 282/3.

(12) F. Parkin, «Strategies of social closure in class formation» (The social analysis of class structure, Londres, 1974) citado por Alberto Baldissera, «Modelli dicotomici di dominio di classe e lavoratori non manuali: alcune recenti teoria neo-marxista e neo-weberiana», in *Quaderni di Sociologia*, n.º 2/3/4, vol. XXVII, Torino, 1978.

(13) Pode-se ver a este propósito, Benjamin Coriat, *Science, technique et capital*, Paris, Editions du Seuil, 1976; Yannick Maignien, *La division du travail manuel e intellectuel*, Paris, F. Maspero, 1975.

(14) Uma interessante análise deste conceito do sector terciário e da sua aparente neutralidade racional e diluidora das classes, encontra-se na obra de Baudelot, Establet e Malemort, *La petite bourgeoisie en France*, Paris, Maspero, 1974.

(15) O problema da divisão sexual do trabalho, diferentemente da divisão manual/intelectual, parece-me que deve ser encarada como uma das divisões que não só põe em questão a organização social mas também as relações interindividuais. Certo é que a exploração das trabalhadoras também é, para além duma exploração económica, uma dominação social onde a vida privada e as características sociais e pessoais — sexo — são subordinadas ao processo de trabalho e no interior das relações entre homem e mulher. A conjugação capitalismo-patriarcado é a forma que toma a exploração das trabalhadoras no capitalismo — dominação sexual acrescentada à dominação social e económica —, mas também é certo que a exploração do trabalho masculino pelo capital é mediatizada pela ideologia da profissão como justificadora da existência, do êxito no trabalho (competição) e da ideia da virilidade expressa sobretudo no trabalho manual inserido neste conjunto dominante do capitalismo-patriarcado. A este propósito, cf. Danièle Kergoat, «Ouvriers=ouvrières?»: propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classes sociales», *Critique de l'économie politique*, n.º 5, Paris, 1978.

Cf. também o trabalho de Virgínia Ferreira neste número da R. C. C. S. (NR).

(16) Nicos Poulantzas, *Op. cit.*, pp. 233 e sg.

(17) Jean-Marie Vincent, «État et classes sociales. Sur un livre de Nicos Poulantzas», *Critique de l'économie politique*, n.º 19, Paris, 1978.

(18) F. W. Taylor, *La Direction Scientifique des Entreprises*, Paris, Dunod, 1957.

(19) A. Gramsci, *Los Intelectuales y la Organización de la Cultura*, Buenos Aires, Editorial Lautara, 1960 e Nicos Poulantzas, *Op. cit.*, pp. 253 e sg.

(20) Cf. E. O. Wright, *Op. cit.*, p. 55 e nota 46.

(21) Todos os valores referidos dizem respeito ao quadro 2.3, E. O. Wright, *Op. Cit.*, p. 56.

(22) Materiais elaborados em colaboração com Manuel João Pinho para um trabalho mais amplo sobre a composição social das classes e das práticas políticas em Portugal.

(23) Para além de Poulantzas, cf. H. Braverman, *Op. Cit.*; D. Lockwood, *El trabajador de la clase média*, Madrid, Aguilar, 1962 e o número 228 da *Revue Economie et Politique*, Paris, 1973, sobre os empregados dos Bancos e do Comércio.

(24) Sem entrar em considerações sobre o «campesinato pobre» e o «semiproletariado» rural. Consultar a este propósito E. de Freitas, J. Ferreira de Almeida e M. Villaverde Cabral, *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura — Estruturas agrárias em Portugal Continental: 1950-70*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.

(25) Limitamo-nos neste trabalho a uma comparação das categorias teóricas, efectuando uma reconversão apenas das categorias de Poulantzas, já que o estado actual das informações estatísticas portuguesas não permitem o tratamento correspondente das categorias de Wright como o exigiria uma rigorosa comparação. Num próximo trabalho tentar-se-ia abordar esta questão.

(26) Uma outra comparação interessante pode ser feita com análises baseadas em critérios que diferem dos aqui apresentados, nomeadamente

os trabalhos de António Brito Ramos, *O emprego no sector terciário metropolitano*, Lisboa, Edições Ministério do Trabalho, Texto n.º 24, 1974; E. de Freitas, «Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970», in *Análise Social*, n.º 39/1973; A. Sedas Nunes e D. Miranda, «A composição social da população portuguesa», in *Análise Social*, n.º 27/28, 1970.

(27) E. J. Hobsbawm, *La era del capitalismo*, Madrid, Ediciones Guadarrama, 1977.

(28) Pode-se consultar a este propósito Stephen Marglin, «Origens et fonctions de la parcellisation des tâches», e D. Pignon/J. Querzola, «Dictature et Démocratie dans la production», in *Critique de la Division du Travail* (Organizado por André Gorz), Paris, Éditions du Seuil, 1973.

(29) Limito-me a falar das sociedades capitalistas. Todavia, essa questão tem toda a sua pertinência na análise das relações sociais dos países chamados do «socialismo real», pois o facto de a propriedade legal ser estatizada (onde o «Estado do povo» é um problema...) não significa que a propriedade económica e a posse estejam nas mãos dos produtores directos.

(30) Ralf Dahrendorf, *Las clases sociales y su conflicto en las sociedades industriales*, Madrid, Ediciones Rialp, 1974.

(31) Ver a este propósito as várias análises concretas sobre a estreita relação entre os *managers* e os proprietários dos meios de produção e da pouca significativa dissociação entre propriedade e controle nas sociedades por acções do capitalismo avançado: Maurice Zeitlin, *Propiedad y control: la grande corporación y la classe capitalista*, Barcelona, Anagrama, 1976; Robin Blackburn, «El nuevo capitalismo», in *Ideologías y Ciencias Sociales*, (Org. por R. Blackburn), Madrid, Grijalbo, 1977; Ernest Mandel, *Traité d'économie marxiste*, Vol. II e III, Paris, Union Générale d'Édition (10-18), 1962; C. W. Mills, *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

(32) «Não são os capitalistas industriais, mas os *managers* a alma do nosso sistema industrial», dizia A. Ure, citado por K. Marx em *Le Capital*, Livro III (ver também Livro I, p. 869-71), *Oeuvres*, Paris, Editions de la Pléiade, 1969, Vol. II, p. 1147.

(33) Parece ser este um exemplo duma análise institucional e técnica da problemática do agente e não uma análise da significação social do controlo técnico do seu trabalho e do que significa a perda de controle do processo de trabalho que, como vimos, não se refere a um mero controle da manipulação dos instrumentos mas sim à perda do controle do produto social e da socialização do trabalho.

Ainda sobre as discussões em torno das significações políticas e sociais das fronteiras entre classes, *cfr.* Alan Hunt (org.) *Class and Class Structure*, Londres, Lawrence and Wishart, 1978, particularmente a resposta às críticas de E. O. Wright no texto de Nicos Poulantzas, «The new petty bourgeoisie», pp. 113-124.

(34) Dahrendorf, no livro já citado, analisa as classes como a resultante da distribuição do poder e da autoridade nas instituições e na sociedade (ideia reelaborada duma forma muito pessoal a partir dos materiais de Max Weber, *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, Vol. II, 1964, p. 682 e sg.); haveria assim tantas classes como hierarquias de autoridade e, em consequência, já não existem classes unívocas mas sim uma escala infinita de graduação da autoridade que significaria a diluição do poder social e político das classes antagónicas.

(35) Cf. E. O. Wright, *op. cit.*, quadro 2.7, p. 72.

(36) Nicos Poulantzas, *L'État, le pouvoir et le socialisme*, Paris, P. U. F., 1978, Capítulo «La matérialité institutionnelle de l'État».

(37) E. O. Wright, *Op. cit.*, p. 88, nota 72.

(38) Idem, p. 89.

(39) George Lukács, *Histoire et conscience de classe*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1960, p. 73.

(40) Jean Paul Sartre/II Manifesto, *Mcasas, espontaneidad, partido*, Barcelona, Cuadernos Anagrama, 1975.

(41) Ver a este propósito Alberto Rosa, *Composizione di classe e movimento operaio*, na Revista *Contrapiano*, Roma, n.º 3/70 e Massimo Cacciari, «Composizione di classe e movimento operaio», em *Dopo l'autunno calado: ristrutturazione e analisi di classe*, Veneza, Marsilio Editore, 1973.

(42) A história terá dado razão ao Abbé Melon quando reconhece claramente que as classes médias são o último muro de contenção das práticas dos partidos comunistas e que a tarefa essencial é organizar as classes médias para salvar o sistema social. Citado por Luc Boltanski, em «Taxinomies sociales et luttes de classes: la mobilisation de la 'classe moyenne' et l'invention des cadres», *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n.º 29, Paris, 1979.

(43) F. P. Cesare e F. Mignella Calvosa, *La nuova piccola borghesia*, Veneza, Marsilio Editore, 1976.

(44) Nesta interpretação, a urbanização contribui para o desaparecimento das sub-culturas de classe a uniformização dos estilos de vida. Assim, as classes tendem a desagregar-se pela acção transformadora da nova racionalidade industrial e urbana. Ver a este propósito o interessante texto de M. Weber, «Concept y categoria de la ciudad», em *Economía y Sociedad*, México, Fondo de cultura económica, 1944, vol. II, e a sistematização destas ideias em Louis Wirth, «O urbanismo como modo de vida», in *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

(45) Paul Boccard, *O capitalismo monopolista de Estado*, Lisboa, Seara Nova, 1976, vol. I e Zygmunt Bauman, *Fundamentos de sociologia marxista*, Madrid, Alberto Corazón Editor, 1975.

(46) C. Wright Mills falava da desapareição das classes médias pelo efeito da racionalização (os «alegres robots») e a provável incorporação de várias das suas camadas no operariado. Cf. *Les cols blancs*, Paris, Maspero, 1966.

(47) Nicolai Bujarin, *Teoria del materialismo histórico*, Madrid, Siglo XXI, 1974, cap. 8.

(48) G. Garchedi, «The new middle class», in *Economy and Society*, vol. 4, n.º 1, Londres, 1975, e «Reproduction des classes sociales au niveau des rapports de production», in *L'homme et la Société*, n.º 37-38, Paris, 1975.

(49) Nicos Poulantzas, *Op. Cit.*, e *Fascismo e Ditadura*, Porto, Portucaleense Editora, 1972, onde são estudadas as classes sociais, como forças sociais numa conjuntura concreta e com particular relevo, as práticas da pequena burguesia, como classe.

(50) Para além da crítica de Wright sobre este tema ver também os seguintes autores: Simon Clarke, «Marxism, sociology and Poulantzas theory of the State», in *Capital and Class*, n.º 2, Londres, Summer 1977; Jean-Marie Vincent, «État et classes sociales. Sur un livre de Nicos Poulantzas», in *Critique de l'économie politique*, n.º 19, Paris, Maspero, 1975; Frank Parkin, *Marxism and class theory: a bourgeois critique*, Londres, Tavistock Publications, 1979.

(51) Ver a este propósito as interessantes análises históricas do aparecimento e formação das estruturas e práticas sociais — económicas, políticas e ideológicas — que dariam origem ao capitalismo, não como uma determinação já dada da tecnologia ou da autoreprodução do económico, mas sim como uma organização social dos diferentes interesses sociais, políticos, culturais, produtivos, etc. Entre outros autores, pode-se consultar os seguintes: Perry Anderson, *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, Porto, Afrontamento, 1980; Perry Anderson, *L'Etat absolutiste (ses origines et ses voies)*, Paris, F. Maspero, 1978; Eric Hobsbawm, *Las revolu-*

ciones burguesas e *La era del capitalismo*, Madrid, Ediciones Guadarrama, 1974; E. P. Thompson, *Tradición, revuelta y consciencia de clase (estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial)*, Barcelona, Editorial Crítica-Gijalbo, 1979.

<sup>(52)</sup> A determinação, em última instância, das formas da produção e das relações sociais, pela evolução autônoma das forças produtivas, embora redutora, era clara: a causalidade única e linear. Uma vez posta em causa a sua predominância na determinação (e com razão), não se explica como pode manter-se a determinação em última instância pelo económico, identificado, esta vez, com as relações sociais de produção. Com efeito, quais seriam as origens dos elementos da estruturas do económico? O que é que decide da passagem de uma forma de produzir a outra? Sendo o económico o determinante em última instância, como se explica a formação da sua estrutura? A estrutura do económico é autoreproduzida automaticamente? E tantas e outras questões que ficam por resolver.

<sup>(53)</sup> Tese desenvolvida por P. Bourdieu a fim de tentar ultrapassar a redução dos diferentes estruturas ou níveis e a sua inteligibilidade a uma delas, já dada autonomamente. Cf. Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Librairie Droz, 1972, pp. 87-109, e também *Le sens pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980, pp. 174-189.

<sup>(54)</sup> Eliseo Veron, «Sémiosis de l'ideologique et du pouvoir», em *Communication*, n.º 28, Paris, 1979.

<sup>(55)</sup> Maurice Godelier dirá que toda a relação social contém na sua origem uma parte ideal que não é o reflexo posterior, mas uma condição de aparecimento que se torna uma componente constitutiva. Assim também toda a relação social contém, na sua origem, uma relação de dominação-subordinação implicando um poder não só exercido pela violência mas também legitimado. Ver a este propósito os textos de Godelier, «Infrastructures, sociétés, histoire», em *Dialectiques*, n.º 21, Paris, 1977 e «Pouvoir et langage», em *Communication*, n.º 28, Paris, 1979.

<sup>(56)</sup> Marc Augé, *Théories des pouvoirs et ideologie* (Étude de cas en Côte-d'Ivoire), Paris, Collection Savoir, Hermann, 1975, p. XIX.